

orçamento cidadão 2026



Ficha técnica

Edição:

Ministério das Finanças
Programa Pro PALOP-TL

Título:

Orçamento Cidadão 2026
@2025

Elaboração e impressão financiados por:



O Pro PALOP-TL (FASE III) é co-financiado pela União Europeia

GLOSSÁRIO DE ACRÓNIMOS

Instituições e Órgãos do Estado	
AN	Assembleia Nacional — Onde os deputados discutem e votam o Orçamento e as contas públicas.
ARAP	Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas — Responsável pelo controlo das compras do Estado.
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental — Organização regional à qual Cabo Verde pertence.
CPF	Conselho das Finanças Públicas — Entidade que fiscaliza as contas públicas.
IGF	Inspeção-Geral das Finanças — Órgão de auditoria e controlo interno do Estado.
MF	Ministério das Finanças — Entidade governamental responsável pela elaboração e consolidação do orçamento e das contas do Estado.
Impostos e Receitas (O seu contributo)	
CT	Contribuição Turística — Valor pago por hóspedes em unidades hoteleiras.
DI	Direitos de Importação — Imposto pago nas alfândegas pela compra de bens no exterior.
ICE	Imposto sobre Consumo Especial — Aplicado a produtos como álcool, tabaco e perfumes.
IESJ	Imposto Especial sobre Jogos — Pago por empresas que exploram jogos de fortuna ou azar.
IRPC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas — Imposto sobre o lucro das empresas.
IRPS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares — Imposto sobre os rendimentos de cidadãos e trabalhadores.
IS	Imposto de Selo — Valor pago sobre transações bancárias e atos notariais.
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado — Imposto pago por todos ao consumir bens e serviços.
TC	Taxa Comunitária — Valor pago sobre mercadorias importadas de fora da CEDEAO.
TE	Taxa Ecológica — Paga sobre mercadorias em embalagens de metal, vidro ou plástico.
TEA	Taxa Estatística Aduaneira — Valor pago pelo uso do sistema informático das Alfândegas.
TEU	Tributo Especial Unificado — Imposto simplificado para micro e pequenas empresas.
TT	Taxa de Tabaco — Valor pago por cada maço de cigarros importado ou produzido.
Instrumentos e Gestão Orçamental	
CGE	Conta Geral do Estado — Documento de prestação de contas final do ano.
CVE	Escudo Cabo-verdiano — A moeda nacional utilizada em todos os valores do documento.
DL	Decreto-Lei — Tipo de documento legal usado na execução orçamental.
DPEN	Diretrizes de Políticas Económicas Nacionais — Documento que define as políticas para o ciclo.
LBOE	Lei das Bases do Orçamento do Estado — A lei que define as regras do jogo orçamental.
OE	Orçamento do Estado — O plano financeiro para o ano económico.

PEDS II	II Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2022-2026) — O guia das políticas públicas.
PIB	Produto Interno Bruto — Total da riqueza produzida pelo país num ano.
PNOT	Plano Nacional de Ordenamento de Território — Estratégia nacional para o território.
QDMP	Quadros de despesa e operacionais de médio prazo usados no planeamento.
QDSMP	Quadro de Despesas Sectoriais de Médio Prazo
QEMP	Quadro Estratégico de Médio Prazo - em contexto de gestão
QOMP	Quadro Orçamental de Médio Prazo
SIGOF	Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira — Plataforma informática do orçamento.

Políticas Sociais e Futuro

GP	Grupos Parlamentares — Representantes dos partidos políticos na Assembleia Nacional.
OSC	Organizações da Sociedade Civil — Entidades que acompanham e participam no debate orçamental.
RSI	Rendimento Social de Inclusão — Apoio direto a famílias em situação de pobreza extrema.
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação — Área estratégica para a modernização do país.
VBG	Violência Baseada no Género — Foco central das políticas de igualdade e proteção social.

Nota Informativa: O termo **Mil M** (Mil Milhões) é utilizado para simplificar a leitura de valores elevados, como, por exemplo, o investimento de **1 Mil Milhão de CVE** em medicamentos para a Saúde

SUMÁRIO

Glossário de acrónimos	4
Mensagem do Ministro das Finanças	8
1. CICLO ORÇAMENTAL CRONOGRAMA	10
2. PERSPETIVA ECONÓMICA E FINANCEIRA 2026	14
2.1. O que o Governo costuma projetar?	14
2.2. Por que isso é importante para o cidadão?	14
2.3. O que é o Orçamento do Estado e por que ele é importante?	15
3. ESTRUTURA PROGRAMÁTICA	16
4. DE ONDE VEM OS RECURSOS DO ESTADO	17
4.1. Impostos	18
5. QUANTO O ESTADO PREVÊ GASTAR EM 2026 E EM QUE ÁREAS?	20
6. O QUE MUDA NA VIDA DAS PESSOAS?	22
6.1. Educação e formação profissional	22
6.2. Saúde	23
6.3. Proteção social	24
6.4. Habitação e território:	25
6.5. Igualdade e oportunidades para mulheres e homens	26
6.6. Economia, emprego e futuro do país	27
6.7. Fiscalidade amiga das empresas e das famílias	28
7. PARA ONDE É DIRECIONADO O DINHEIRO PÚBLICO	29
7.1. Serviços Públicos Gerais	29
7.2. Defesa	29
7.3. Segurança e Ordem Pública	29
7.4. Assuntos Económicos	29
7.5. Saúde	30
7.6. Serviços Culturais e Recreativos	30
7.7. Educação	30
7.8. Proteção Social	31
7.9. Habitação e Desenvolvimento Urbano	31
7.10. Proteção Ambiental	31

8. COMO OS RECURSOS PÚBLICOS SERÃO UTILIZADOS EM 2026?	32
9. QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA?	35
10. DÍVIDA PÚBLICA	37
11. GLOSSÁRIO	38
12. CONTACTO	40



MENSAGEM DO MINISTRO DAS FINANÇAS

Cara cidadã e caro cidadão!

Quando vamos às urnas e votamos em eleições livres, estamos a dar um poder a alguém: o poder de gerir o dinheiro público para cuidar de todos nós. É um mandato para responder às nossas necessidades, investir no presente e preparar o futuro dos nossos filhos e netos.

Mas o que isso significa na prática? O que é que o Estado realmente faz com esse poder?

Pense no seu dia a dia e verá como a ação do Estado está presente em quase tudo. O Estado está lá a decidir sobre a sua saúde e a da sua família, sobre a educação dos nossos jovens, sobre o emprego e a formação profissional, e também sobre os salários dos funcionários públicos. Está lá quando define as pensões dos nossos idosos e o apoio às pessoas com deficiência, quando atribui o Rendimento Social de Inclusão e outros apoios a quem mais precisa. É o Estado que decide sobre a construção e manutenção das estradas que ligam as nossas localidades, sobre as políticas de habitação para jovens, adultos e idosos, e sobre os incentivos para criar empresas e atrair investimento estrangeiro. Cabe-lhe ainda assegurar a segurança nas nossas ruas, através da polícia e dos militares, e apoiar setores fundamentais como a agricultura e a pesca, desde o Santo Antão até à Brava. E é também o Estado que garante os transportes que usamos para viajar, a preparação para as chuvas e o combate a incêndios.

Tudo isto, e muito mais, está ligado a uma única coisa: o Orçamento do Estado. É ele que transforma as promessas e as decisões em ações concretas no terreno.

Porque é que este ano é diferente?

Tomamos estas decisões em nome do povo, e é ao povo que devemos prestar contas. Mas estamos convictos de que, com a sua ajuda, podemos decidir melhor e governar de forma mais eficaz. Com o seu olhar atento, podemos corrigir o que está errado a tempo, ajudar quem realmente precisa e fazer o que é mais urgente e útil para a sociedade.

É por essa razão que lançamos este ano o Orçamento Cidadão. O nosso objetivo é garantir o seu direito à informação e, mais do que isso, convidá-lo a participar ativamente na vida do país. Acreditamos que o Orçamento deixa de ser um documento distante e incompreensível para se tornar uma ferramenta de todos. E para que isso aconteça, precisamos de si.

Esperamos que acompanhe o que está a ser feito, que questione e peça esclarecimentos sempre que necessário, que dê a sua opinião e que nos ajude a garantir que as obras andam e são feitas com qualidade. Queremos que nos ajude a assegurar que os apoios do Estado chegam a tempo e a quem mais precisa.

O que é que o Orçamento de 2026 traz de novo?

O próximo ano é especial por ser o último ano do nosso grande plano de desenvolvimento, o PEDS II. Com o Orçamento de 2026, vamos continuar a trabalhar para fazer a economia crescer, para manter as contas públicas equilibradas e, sobretudo, para investir no que é mais importante: as pessoas. As nossas prioridades continuam a ser a educação, a saúde, a proteção social, o emprego e a habitação, bem como as infraestruturas e a proteção ambiental. Tudo isto para melhorar a qualidade de vida de todos os cabo-verdianos e reduzir as desigualdades que ainda persistem.

Concluindo, é fundamental perceber que o Orçamento é nosso, de todos nós.

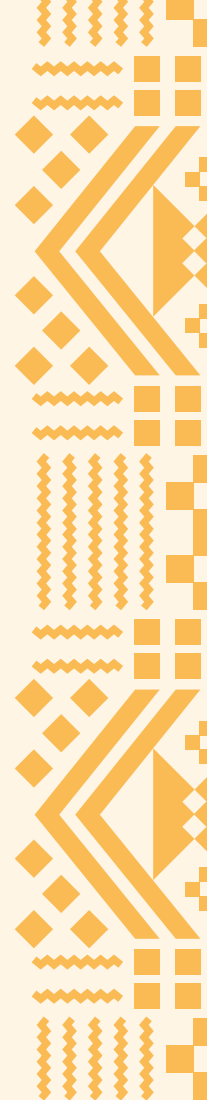
O Orçamento Cidadão só será realidade se houver o seu interesse, o seu acompanhamento e as suas sugestões. Queremos que nos ajude a garantir que os impostos são justos e que o dinheiro público é usado de forma responsável e transparente, sempre em benefício de toda a comunidade.

Compreender o Orçamento é um direito de cada cidadão. Participar na sua monitorização é um verdadeiro exercício de cidadania ativa. Conte connosco, e conte com a sua participação para construirmos juntos um Cabo Verde melhor.

Com elevada consideração e estima,

Olavo Correia

Ministro das Finanças de Cabo Verde



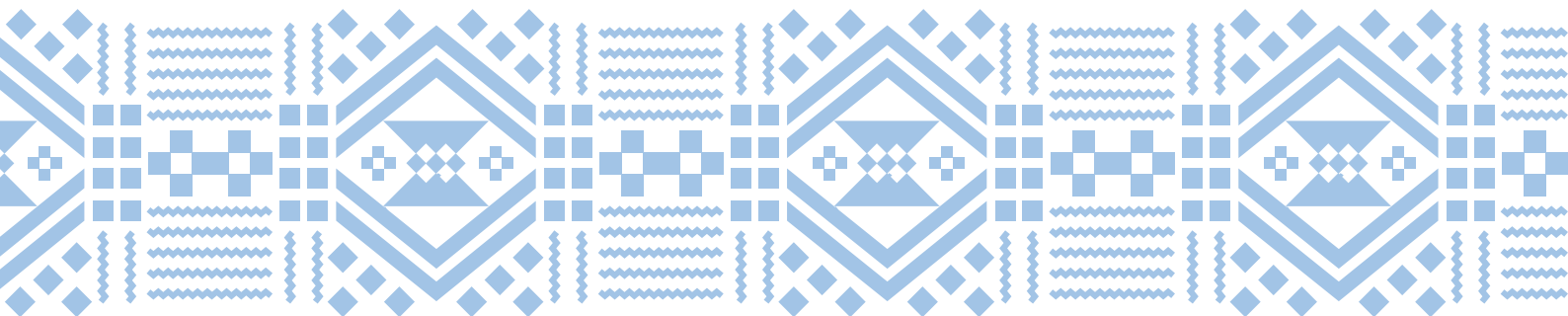


1. CICLO ORÇAMENTAL CRONOGRAMA

O ciclo orçamental é o conjunto de etapas que o Estado segue todos os anos para planear, aprovar, executar e avaliar o uso do dinheiro público. Este processo não é opcional: está previsto na lei, e o Governo está legalmente obrigado a cumpri-lo de forma transparente e responsável, de forma que todos os anos aos cidadãos possam acompanhar como o dinheiro do Estado é gerido.

Figura 1. Ciclo Orçamental de Cabo Verde – Tabela Explicativa com Participação Cidadã

Fases do Ciclo Orçamental



O que acontece

Principais documentos/instituições

Prazos (conforme o gráfico)

Como os cidadãos podem participar

1

Definição das prioridades nacionais e setoriais e revisão das políticas públicas

PEDS e DPEN – Documentos de Políticas Sectoriais; MF: QOMP e QEMP

Início do ciclo

Escolha das prioridades nacionais (eleições, diálogo público, advocacy)

2

Definição das diretivas orçamentais e limites de despesa; revisão dos planos setoriais

Diretivas e plafond; Revisão do QDSMP; MF: Consolidação do QDMP

• 30 de março •
Elaboração até 10 de abril (MF) •
Aprovação CM até 30 de abril •
Aprovação das Diretivas na AN (art. 59, LBOE) •
Consolidação global até 20 de setembro •
Aprovação CM até 25 de setembro

Participação comunitária no planeamento local e setorial

3

Consolidação final e submissão do Orçamento do Estado

Ministério das Finanças; Conselho de Ministros; Assembleia Nacional

• Entrega do OE na AN: 1 de outubro •
Publicação da Lei do OE até 31 de dezembro •
Publicação do DL de execução até 31 de dezembro do ano anterior

Deputados de cada círculo eleitoral realizam sessões de informação com os eleitores e forças vivas antes da discussão na Assembleia Nacional. Líderes sindicais discutem a proposta de orçamento com os trabalhadores antes da apresentação ao Conselho de Concertação Social. Grupos Parlamentares realizam jornadas sobre a proposta de orçamento do Estado.

Acompanhamento do debate do OE e apresentação de propostas via Organização da Sociedade Civil (OSCs)

O que acontece	Principais documentos/ instituições	Prazos (conforme o gráfico)	Como os cidadãos podem participar
<p>4</p> <p>Execução das despesas e arrecadação das receitas públicas</p>	<p>Ministérios setoriais; Tesouraria; Entidades públicas</p>	<p>Inicia a 1 de janeiro e termina a 31 de dezembro</p>	<p>Participação em jornadas abertas sobre a execução do orçamento com os GP.</p> <p>Acompanhamento das interpelações, perguntas ao Governo e debates com o Primeiro-Ministro.</p> <p>Sugestão aos Deputados, de perguntas ao Governo e de temas para debate na Assembleia Nacional.</p> <p>Monitoria social de serviços públicos e obras</p>
<p>5</p> <p>Registo, consolidação e reporte da execução financeira</p>	<p>Tesouraria; Conta Geral do Estado (CGE)</p>	<p>• Contas provisórias trimestrais: 45 dias após o termo do mês • CGE apresentada à AN até 30 de setembro do ano seguinte</p>	<p>Participação em jornadas abertas sobre a Conta Geral do Estado com os GP.</p> <p>Acompanhamento da execução financeira e análise das contas públicas</p>
<p>6</p> <p>Auditoria, avaliação e responsabilização</p>	<p>Relatórios de auditoria; Seguimento e avaliação</p>	<p>Após o encerramento do exercício</p>	<p>Feedback cidadão e denúncias de irregularidades</p>
<p>7</p> <p>Suporte informático a todo o ciclo orçamental</p>	<p>SIGOF - Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira</p>	<p>Permanente</p>	<p>Acesso à informação e transparência orçamental</p>

O Processo de Elaboração do orçamento, correspondente a fase 3 do quadro, será a fase objeto do presente documento.

Tabela 1. Cronograma de Elaboração do Orçamento do Estado

Período	Etapa-chave	O que acontece	Principais atores	Participação cidadã
Jan-Mar	Diagnóstico e definição de políticas	Análise da situação económica e social; definição e revisão das políticas públicas setoriais (DPEN, políticas setoriais)	Ministérios setoriais, MF	Deputados de cada círculo eleitoral realizam visitas à população e discutem com os cidadãos, prioridades para o ano seguinte e remetem ao Governo. Identificação de prioridades nacionais
Até 30 de março	Revisão estratégica	Revisão dos objetivos das políticas e das fontes de financiamento (QOMP, QEMP)	Ministério das Finanças, setor público	Alinhamento público sobre prioridades
Abril	Diretivas orçamentais	Definição das diretivas e do teto orçamental (plafond)	MF, Conselho de Ministros	Contributos da sociedade civil
Até 30 de abril	Aprovação das diretivas	Aprovação política das diretivas orçamentais	Conselho de Ministros / Assembleia Nacional	Deputados de cada círculo eleitoral realizam visitas à população e informam sobre prioridades retidas para o ano seguinte.
Maió-Agosto	Planeamento e programação	Revisão do QDSMP com base nas diretivas; preparação dos orçamentos setoriais	Ministérios, MF	Audição da Sociedade Civil no processo de planeamento
Até 20 de setembro	Consolidação	Consolidação global do Orçamento do Estado	Ministério das Finanças	Monitoria social
Até 25 de setembro	Aprovação pelo Conselho de Ministros	Aprovação da proposta do OE pelo Conselho de Ministros	Conselho de Ministros	Divulgação pública
1 de outubro	Entrega à Assembleia Nacional	Entrega da Proposta do Orçamento do Estado à Assembleia Nacional	Governo, AN	Análise com os Deputados, Líderes Sindicais e Representantes de Partidos Políticos e da Sociedade Civil
Out-Dez	Discussão e aprovação parlamentar	Debate, eventuais alterações e votação do OE	Assembleia Nacional	Audições públicas, advocacia
Até 31 de dezembro	Publicação do OE	Publicação da Lei do Orçamento do Estado	Governo	Acesso à informação
1 jan - 31 dez (ano N)	Execução orçamental	Execução do orçamento aprovado	Governo, Tesouraria	Jornadas abertas com os Grupos Parlamentares. Sugestão aos Deputados, de perguntas ao Governo e de temas para debate na Assembleia Nacional. Acompanhamento das interpelações, perguntas ao Governo e debates com o Primeiro-Ministro. Monitoria social de serviços e obras
Trimestral / até 30 set N+1	Prestação de contas	Publicação de contas mensais, trimestrais e da Conta Geral do Estado	MF, Tribunal de Contas	Fiscalização cidadã, CFP
Contínuo	Controlo e responsabilização	Auditorias, avaliação e controlo	Tribunal de Contas, IGF, ARAP	Denúncias e feedback cidadão



2. PERSPETIVA ECONÓMICA E FINANCEIRA 2026

Como o Orçamento do Estado de cada ano é preparado no ano anterior, o Governo precisa estimar como estará a economia no futuro. Essas projeções permitem prever quanto o país poderá arrecadar em receitas (p.e. impostos) e, com base nisso, definir os limites das despesas públicas.

2.1. O que o Governo costuma projetar?

Para a elaboração do Orçamento, são analisados indicadores económicos que influenciam diretamente as contas públicas, como:

- **Crescimento económico (PIB)** — quanto a economia pode aumentar;
- **Inflação** — quanto os preços poderão subir;
- **Emprego e rendimento das famílias** — que influenciam o consumo e os impostos;
- **Taxa de juro e dívida pública** — que impactam o custo do financiamento do país;
- **Comércio internacional** — incluindo turismo e exportações.



2.2. Por que isso é importante para o cidadão?

As projeções macroeconómicas influenciam decisões que afetam o dia a dia de todos. Quando a economia cresce, o Estado tende a aumentar a arrecadação de receitas, criando melhores condições para reforçar o investimento em serviços públicos e em políticas de transferência de rendimento. Por outro lado, em períodos de desaceleração económica, pode surgir a necessidade de proceder a ajustamentos orçamentais, de forma a garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Compreender estas projeções ajuda ao cidadão perceber as **razões pelas quais o Estado decide aumentar, reduzir ou reorientar a despesa pública** em determinado ano.

Para 2026, o Governo prevê um crescimento económico sólido, baixa inflação e uma gestão mais responsável das finanças públicas:

CRESCIMENTO ECONÓMICO: **6,0%**

espera-se que a economia continue a crescer, criando mais rendimento e oportunidades de emprego.

INFLAÇÃO MÉDIA: **1,6%**

os preços deverão manter-se estáveis, ajudando a proteger o poder de compra das famílias.

DESEMPREGO: **7,3%**

prevê-se uma redução gradual da taxa de desemprego.

DÉFICE ORÇAMENTAL: **0,9% DO PIB**

as despesas do Governo deverão ficar próximas das receitas, reforçando a disciplina fiscal.

DÍVIDA PÚBLICA: **97,4% DO PIB**

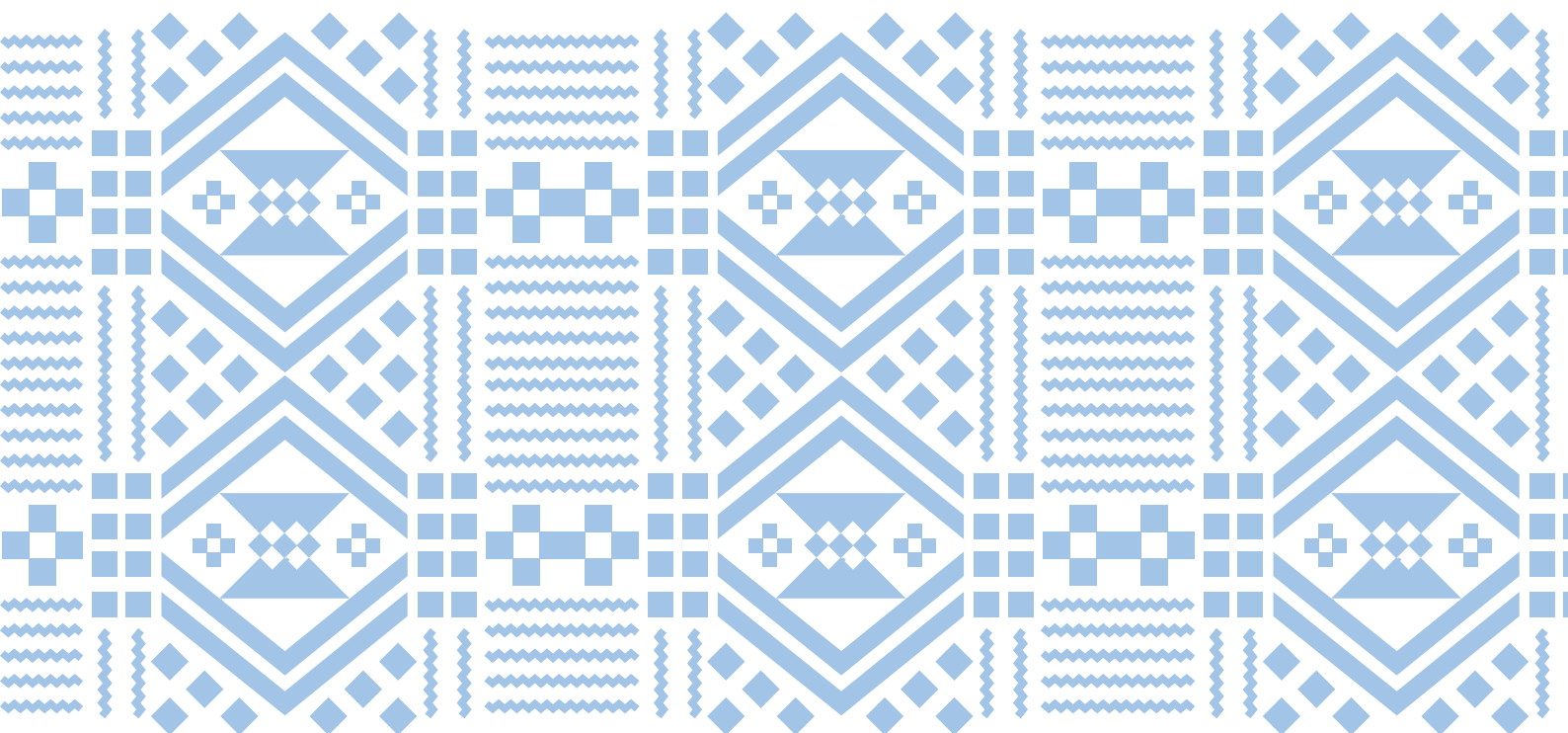
a dívida mantém-se elevada, mas com uma tendência gradual de redução.

Cabo Verde segue um caminho de consolidação económica, com crescimento, inflação controlada e redução progressiva do peso da dívida pública no PIB.

2.3. O que é o Orçamento do Estado e por que ele é importante?

O Orçamento do Estado é o principal instrumento através do qual o Governo decide como vai usar o dinheiro público ao longo do ano. É através do Orçamento que se financiam as escolas, os hospitais, as pensões, os salários dos funcionários públicos, as estradas, a segurança, a proteção social e os programas de apoio às famílias e às empresas. Ou seja, o Orçamento do Estado explica como o Governo planeia arrecadar e gastar o dinheiro público durante o ano para responder às necessidades da população.

O Orçamento do Estado para 2026 é especialmente importante porque é o último orçamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II - 2022-2026). Isso significa que ele deve concluir compromissos assumidos nos últimos cinco anos e, ao mesmo tempo que responde a desafios imprevistos, como fenómenos climáticos extremos, a evolução da economia internacional, a situação das famílias, das empresas e do emprego.





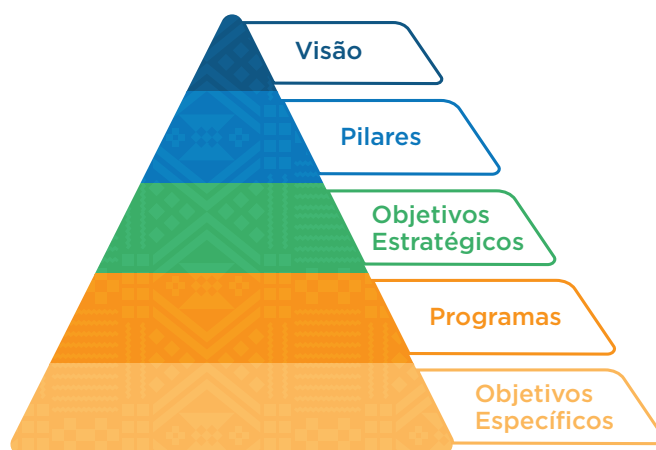
3. ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

O **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II)** constitui o principal instrumento de implementação do Programa do Governo de Cabo Verde, orientando as políticas públicas e os investimentos necessários para impulsionar o crescimento económico, o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental no âmbito da **Ambição 2030**.

Para garantir maior eficácia na execução das políticas públicas, o Governo adotou o **Orçamento Programa**, assegurando que as prioridades estratégicas definidas no PEDS II sejam materializadas no **Orçamento do Estado**, por meio de programas, metas e indicadores mensuráveis que permitem acompanhar os resultados alcançados e como os recursos públicos são utilizados.

O PEDS II estrutura-se em 28 programas organizados em quatro pilares estratégicos, Economia, Social, Ambiente e Soberania, alinhados com o objetivo de transformar o país numa economia dinâmica, digital e diversificada, numa sociedade mais inclusiva e numa nação cada vez mais integrada na região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e no mundo.

Figura 2. Estrutura do PEDS II – Abordagem Programática



Com o Orçamento do Estado 2026, os resultados esperados incluem crescimento económico sustentável, redução da pobreza e do desemprego, melhoria dos serviços públicos, reforço da competitividade dos setores produtivos, expansão da transição energética e modernização digital do Estado.

Assim, o Orçamento do Estado para 2026 traduz, de forma concreta, as prioridades do PEDS II, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados em programas que impactam diretamente a vida das pessoas, das famílias e das empresas, promovendo mais oportunidades, maior inclusão social e melhor qualidade de vida para todos os cabo-verdianos.

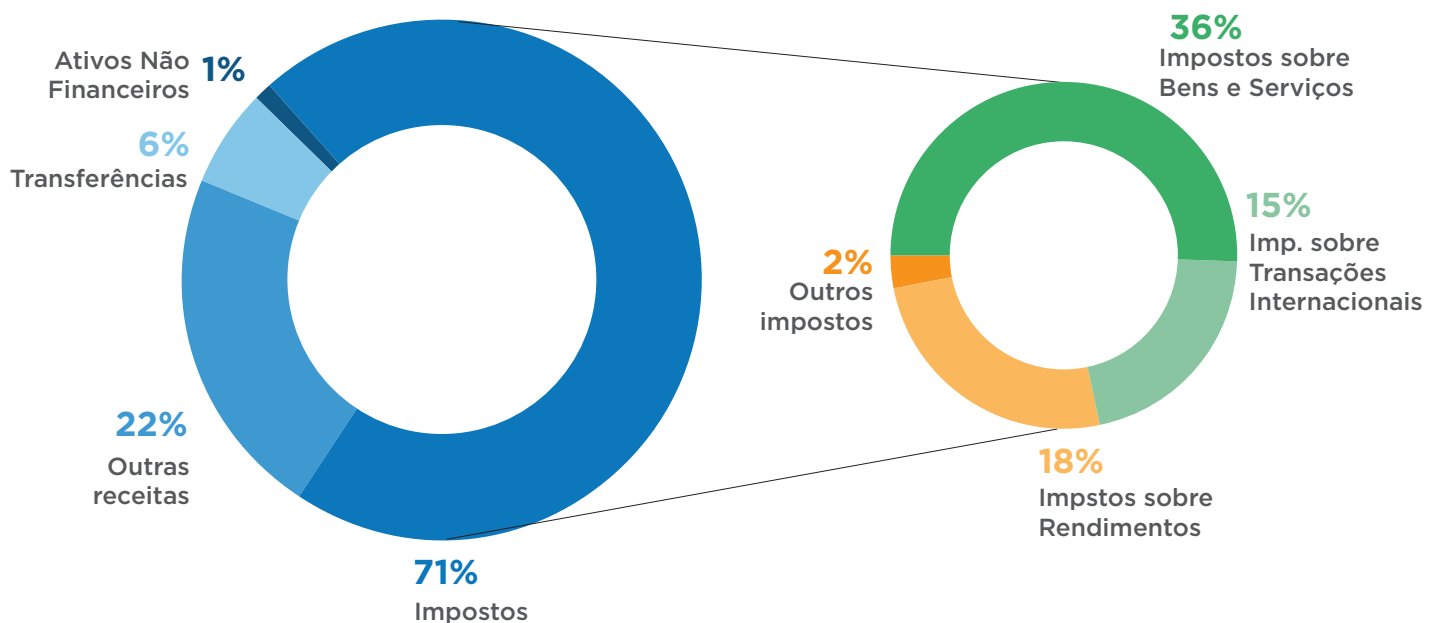


4. DE ONDE VEM OS RECURSOS DO ESTADO

Para funcionar, o Estado precisa de recursos financeiros - tal como uma família precisa de rendimento para pagar as suas despesas essenciais. Esses recursos vêm de várias fontes, previstas na lei, e permitem ao Governo financiar serviços públicos como saúde, educação, segurança, infraestruturas, proteção social e muitos outros.

A principal parte do dinheiro que o Estado arrecada vem dos impostos, que é complementado por: contribuições, transferências (donativos) e venda de bens e serviço públicos e vendas do património do Estado.

Figura 3. Estrutura das Receitas Públicas por Fonte



4.1. Impostos

O orçamento do Estado para 2026 prevê que as receitas provenientes dos impostos atinjam o montante de 65 701 milhões de CVE, sendo que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), os Direitos de Impostação (DI), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IPRS) representam cerca de 86,0% do montante global, assim distribuídos:

- **IVA - 25 447 milhões de CVE (39%):** Imposto pago pelo consumo de bens no país e pela compra de bens e serviços no exterior feito por todos os cidadãos.
- **DI - 13 493 milhões de CVE (21%):** Imposto pago nas alfândegas pela importação de bens e serviços (compra no exterior)
- **IRPC - 8 467 milhões de CVE (13%):** Imposto pago pelas empresas sobre 20% pelos lucros obtidos
- **IPRS - 8 301 milhões de CVE (13%):** Imposto pago por pessoas individuais, ou seja:
 - » Trabalhadores por conta de outrem que ganham mais de 439.924\$ por ano e reformados que recebem mais de 960.000\$ por ano;
 - » Pessoas que tem o seu próprio negócio ou trabalham por conta própria;
 - » Pessoas que ganham dinheiro com renda de casas;
 - » Pessoas que ganham dinheiro com poupanças que têm nos bancos; e
 - » Pessoas que ganham dinheiro ao vender uma casa, um carro, ou outro bem.

Os restantes 14% são provenientes do Imposto sobre Consumo Especial (ICE), Contribuição Turística (CT), Imposto de Selo (IS), Tributo Especial Unificado (TEU), Taxa Ecológica (TE), Taxa Tabaco (TT), Taxa Comunitária CEDEAO (TC), Taxa Estatística Aduaneira (TEA), Imposto Especial sobre Jogos (IEsJ) sendo:



ICE: 3 726 MI DE CVE 5,7%

Imposto pago por pessoas ou empresas que importam ou produzem determinados produtos, tais como, perfumes, bebidas alcoólicas...

CT: 1 810 MI DE CVE 2,8%

Valor pago por turistas ou pessoas com mais de 16 (dezasseis) anos que hospedem em hotéis ou pensões (275\$ por dia até 10 dias).

IS: 966 MI DE CVE 1,5%

Valor pago por pessoas ou empresas que fazem transações bancárias e praticam determinados atos nos registos e notariados.

TEU: 898 MI DE CVE **1,4%**

Valor pago por pessoas ou empresas pelas vendas e prestações de serviços realizados por micro (maior que 1.000 e até 5.000 contos) e pequenas (maior que 5.000 contos e até 10.000 contos)

TE: 709 MI DE CVE **1,1%**

Valor que as pessoas ou empresas pagam pela importação de mercadorias em embalagens de metal, vidro ou de plástico.

TT: 667 MI DE CVE **1,0%**

Valor pago por empresas por cada maço de cigarro importado ou produzido.

TC: 615 MI DE CVE **0,9%**

Valor que as pessoas ou empresas pagam sobre mercadorias importadas para o consumo na comunidade (CEDEAO), originárias de países terceiros.

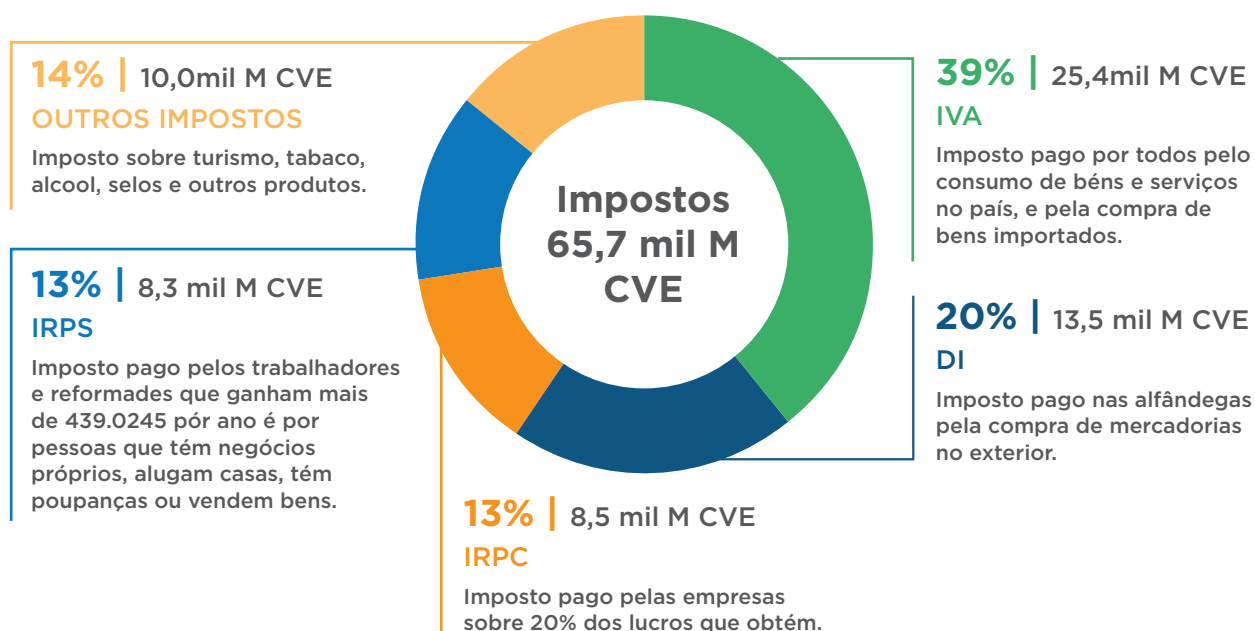
TEA: 345 MI DE CVE **0,5%**

Valor que as pessoas ou empresas pagam por usarem o sistema informático das Alfândegas no despacho de mercadorias.

IESJ: 51 MI DE CVE **0,1%**

Imposto pago por empresas que praticam atividades de exploração de jogos de fortuna ou azar.

Figura 4. Como se distribuem as receitas fiscais?





5. QUANTO O ESTADO PREVÊ GASTAR EM 2026 E EM QUE ÁREAS?

Em 2026, as **despesas totais do Estado** estão estimadas em cerca de **95,7 milhões de escudos**.

Esse valor está organizado em **quatro grandes pilares do PEDS II e um Programa Transversal**, que refletem as prioridades nacionais:

1. Pilar Social: a principal prioridade

- **43,2 mil milhões de escudos**, sendo o maior pilar do Orçamento
- Mostra que **as pessoas estão no centro das políticas públicas**, incluindo:
 - » Educação e formação profissional
 - » Saúde
 - » Proteção social
 - » Habitação e desenvolvimento urbano
 - » Apoio a crianças, idosos, pessoas com deficiência e famílias vulneráveis
 - » Promoção da Igualdade e equidade de género

2. Pilar Economia – crescimento e diversificação

- **12,6 mil milhões de escudos**
- Prioriza a **recuperação económica, a criação de emprego e a redução da dependência excessiva do turismo**, incluindo:
 - » Infraestruturas
 - » Turismo mais inclusivo
 - » Agricultura moderna
 - » Economia do mar
 - » Indústria, comércio e inovação digital

3. Pilar Soberania – segurança, justiça e democracia

- **16,8 mil milhões de escudos**
- Garante o funcionamento do Estado, **a segurança dos cidadãos e a justiça**, incluindo:

- » Segurança interna e forças armadas
- » Justiça e combate à criminalidade
- » Administração pública
- » Diplomacia e diáspora

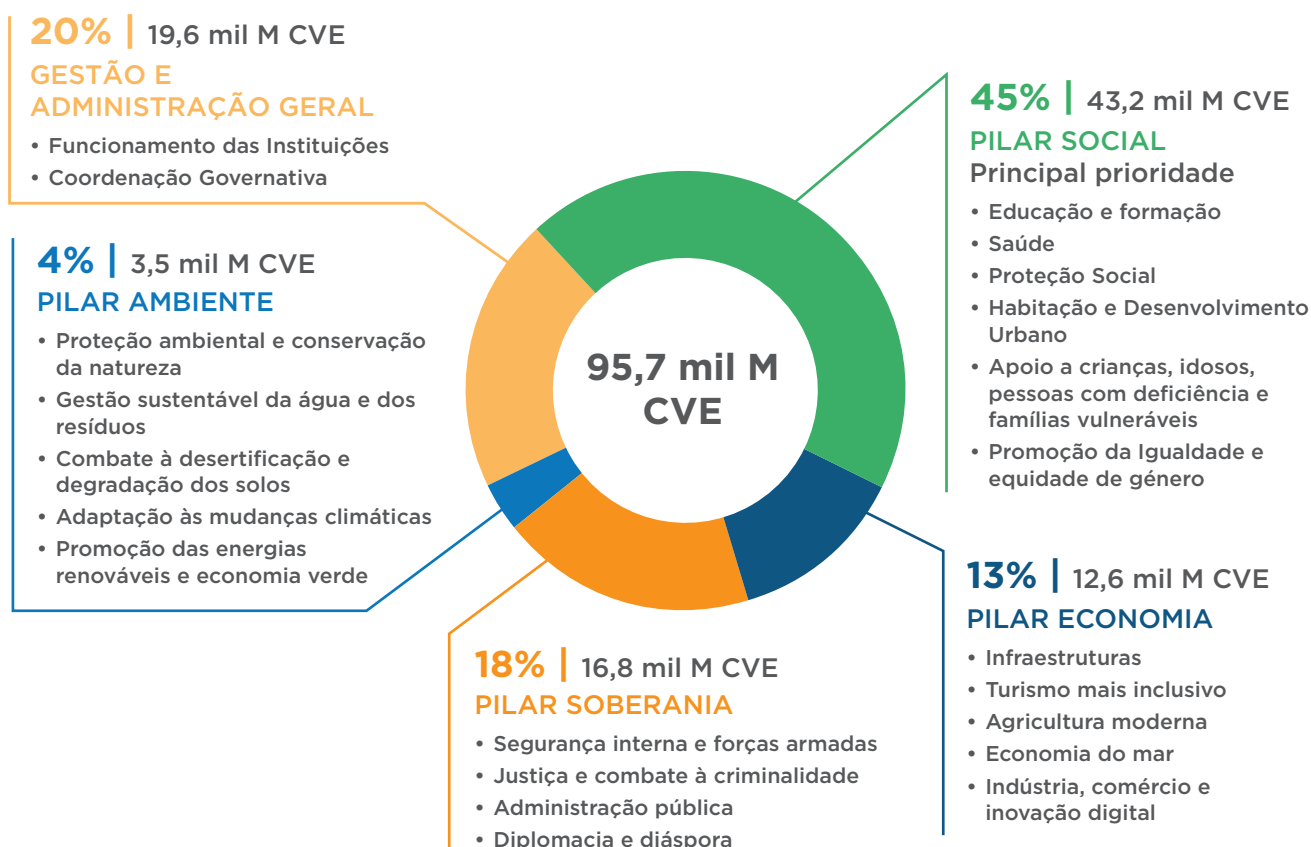
4. Pilar Ambiente – proteger hoje para garantir o amanhã

- **3,5 mil milhões de escudos**
- O Pilar Ambiente reflete o compromisso do Estado com a **proteção dos recursos naturais, a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável**, num país particularmente vulnerável às alterações climáticas. Inclui:
 - » Proteção ambiental e conservação da natureza
 - » Gestão sustentável da água e dos resíduos
 - » Combate à desertificação e degradação dos solos
 - » Adaptação às mudanças climáticas
 - » Promoção das energias renováveis e economia verde

5. Gestão e Administração Geral

- **19,6 mil milhões de escudos**
- Assegura o **funcionamento das instituições públicas e a coordenação das políticas governativas**

Figura 5. As grandes prioridades nacionais através dos 4 Pilares dos PEDS II





6. O QUE MUDA NA VIDA DAS PESSOAS?

6.1. Educação e formação profissional


Investir nas pessoas desde cedo - O Orçamento de 2026 dá forte prioridade à educação como base do desenvolvimento e da redução da pobreza.

ORÇAMENTO CIDADÃO 2026


EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

Investimentos transparentes e metas para a educação, transformando dados em benefícios para estudantes e famílias.

SUPOORTE A APRENDIZAGEM E MATERIAIS



500.000
Manuais Escolares
A preços sociais e melhoria da qualidade de educação e das condições de aprendizagem.



37.000
Kits Escolares distribuídos
Conjuntos completos de material escolar para apoiar as famílias no início do ano letivo.

AÇÃO SOCIAL E BEM-ESTAR ESCOLAR



120.000
Refeições diárias
Investimento contínuo na nutrição escolar para garantir que nenhum aluno estude com fome.



10.000
Passes de Transporte
Apoio à mobilidade para assegurar que a distância geográfica não seja um impedimento.




300
Crianças apoiadas com residências estudantis
Expansão de capacidade de alojamento para estudantes deslocados, promovendo a equidade.


QUALIFICAÇÃO E OPORTUNIDADES



11.700
Jovens em Formação Profissional
Foco no desenvolvimento de competências técnicas para preparar as novas gerações.




4.100
Bolsas de Estudos
Apoio financeiro direto para estudantes com mérito ou em situação de vulnerabilidade econômica.




2.060
Estágios Garantidos
Programas de inserção profissional para facilitar a transição de escola para o primeiro emprego.

EXPANSÃO E METAS ESTRATÉGICAS



25%
Taxa de Escolarização (Meta 2026)
Objetivo estratégico para aumentar a percentagem da população jovem com ensino completo e qualificado.



2
Novos centros educativos
Construção de infraestruturas modernas para expandir a rede de ensino em áreas como construção civil, mecânica, energias renováveis e tecnologias.

6.2. Saúde

Mais acesso, mais profissionais, mais qualidade em 2026, o Estado reforça o investimento na saúde para **proteger melhor as famílias** e aumentar a segurança sanitária, com destaque

ORÇAMENTO CIDADÃO 2026

SAÚDE EM PRIMEIRO LUGAR

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

350

Novos profissionais da Saúde

Reforço da capacidade de resposta do sistema público com a contratação de novos especialistas e técnicos pra reduzir tempos de espera



4.201

Profissionais valorizados

profissionais de saúde e melhoria da qualidade dos serviços e maior, com a implementação do Plano de Carreira, Funções e Remunerações.



MEDICAMENTOS E PREVENÇÃO ESTRATÉGICA

1 Mil Milhão de CVE

Medicamentos

Dotação massiva para garantir o stock e a disponibilidade de fármacos essenciais em toda a rede de saúde.



197.178.494 CVE

Reforço da prevenção e controlo de doenças

Investimento focado no combate e controle epidemiológico para proteger a população contra doenças transmissíveis e na manutenção certificação de Cabo Verde como país livre da malária.



EXPANSÃO DA REDE E INFRAESTRUTURAS

12

Novas Estruturas de Apoio e Cuidado



4



Centros de Saúde

4



Posto de Hemodiálise

1



Ambulatório

3



Estruturas de Apoio

1



Hospital de Cabo Verde

Descentralização da Hemodiálise

Implementação de 4 novos postos de hemodiálise para aproximar o tratamento dos doentes renais das outras áreas de residência.

SAÚDE MENTAL E FUTURO

Implementação do Plano Nacional de Saúde Mental

Uma nova abordagem estratégica para integrar o cuidado psicossocial como pilar fundamental do bem-estar geral da população em 2026.

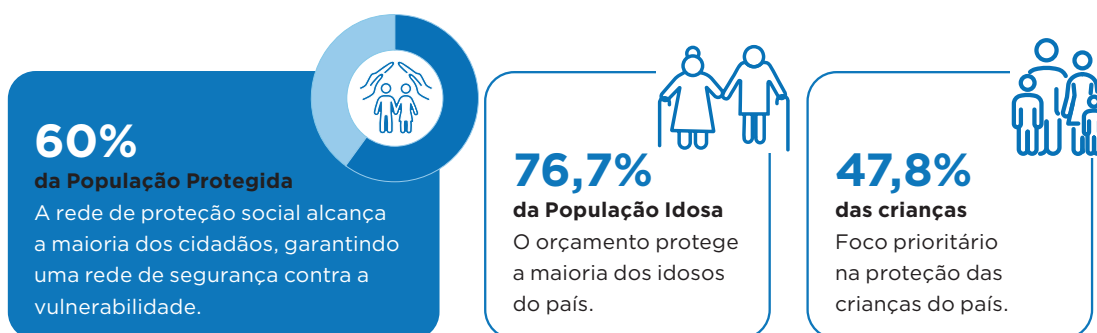


6.3. Proteção social

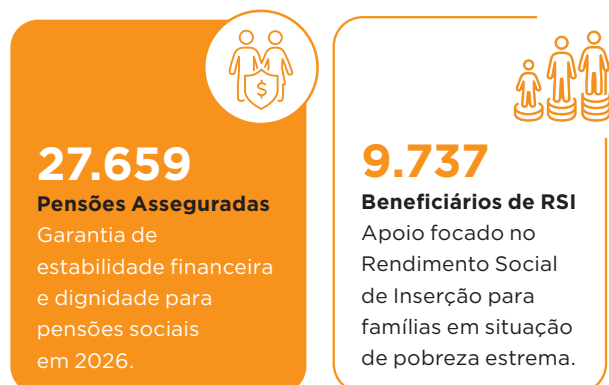
Ninguém fica para trás - O Orçamento de 2026 mantém o compromisso com a irradiação da pobreza extrema até o final do ano e o apoio aos mais vulneráveis.

ORÇAMENTO CIDADÃO 2026

IMPACTO E ABRANGÊNCIA POPULACIONAL



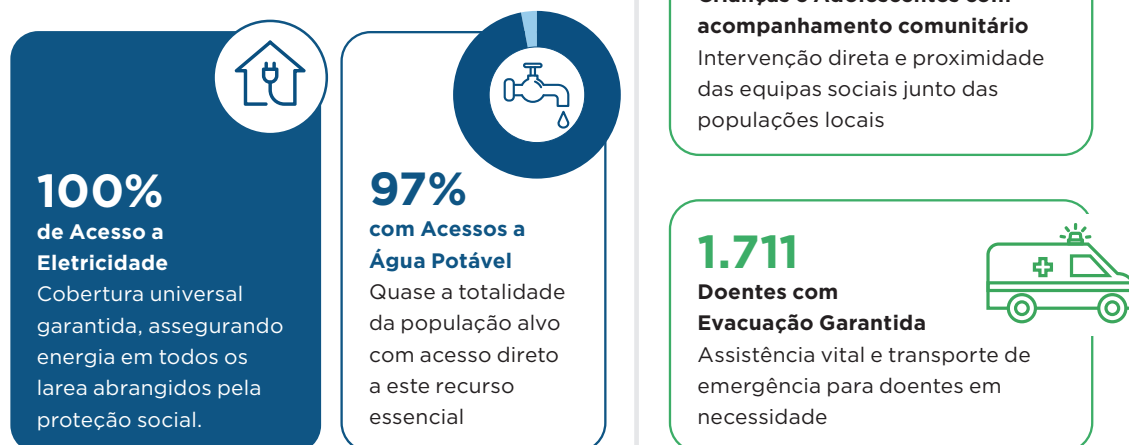
RENDIMENTOS E APOIO DIRETO



CUIDADOS E ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA



INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS



6.4. Habitação e território:

Viver com dignidade, melhoria das cidades e acesso a serviços básicos

ORÇAMENTO CIDADÃO 2026


HABITAÇÃO E TERRITÓRIO

Construir o Futuro e Fortalecer a Comunidade

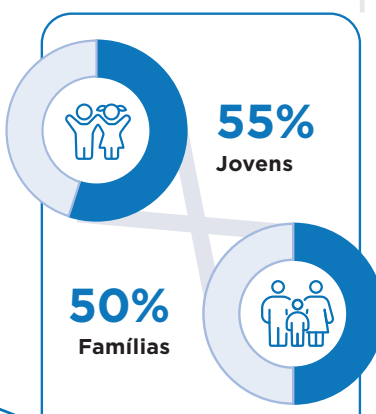
EXPANSÃO E ACESSO À HABITAÇÃO



7.600
Novas Habitações
Meta estabelecida para aumentar a oferta imobiliária pública e responder à carência habitacional imediata.



750
Agregados Familiares Apoiados
Famílias em situação de vulnerabilidade que recebem suporte direto para garantir a estabilidade do seu lar.



55%
Jovens

50%
Famílias


Bonificações no Acesso
Apoio financeiro direto com 55% de bonificação para jovens e 50% para famílias, facilitando a aquisição do primeiro imóvel.

REABILITAÇÃO E INFRAESTRUTURA VITAL



16.000
Reabilitações de Imóveis
Foco na recuperação de estruturas existentes para otimizar o parque habitacional atual.

Redução do Déficit Habitacional
Impacto direto das intervenções de reabilitação na diminuição das necessidades de habitação não satisfeitas.



9.600
Novas Ligações de Água e Eletricidade
Garantia de acesso a serviços básicos essenciais para a saúde pública e dignidade nas habitações.

PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL



24 Planos de Ordenamento em Curso




20
PD (Planos Diretores)
Gestão estratégica local

PNOT
Estratégia nacional de território



3 PDM (Planos Diretores Municipais)
Regulamentação municipal



36
Hectares de Requalificação Urbana
Intervenção física direta no território para transformar espaços degradados em áreas funcionais e seguras para a comunidade.

6.5. Igualdade e oportunidades para mulheres e homens

ORÇAMENTO CIDADÃO 2026

COMPROMISSO COM A IGUALDADE E A SEGURANÇA DAS MULHERES

PROMOÇÃO DA IGUALDADE E GOVERNAÇÃO



COMBATER À VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO (VBG)

Duplicação

de recursos em todos os municípios

Reforço financeiro direto para fortalecer a rede de proteção contra a VBG a nível local



Orçamento sensível ao gênero e selo de igualdade

implementação de mecanismos que garantem que os recursos públicos promovam alivamente a equidade.



Observatório de gênero e alterações climáticas

Criação de um órgão para monitorizar o impacto das crises climáticas nas mulheres.



Meta de 50%

da resolução de casos
Compromisso em resolver metade das denúncias de VBG para com bater a impunidade.



Sociedade livre da violência

O objetivo final é a erradicação da violência estrutural contra as mulheres.



Mais oportunidades

Foco central na criação de condições equitativas para mulheres e homens no mercado.




6.6. Economia, emprego e futuro do país

O Orçamento aposta numa economia mais diversificada e resiliente, criando oportunidades além do turismo tradicional.

ORÇAMENTO CIDADÃO 2026

O FUTURO DA ECONOMIA E EMPREGO EM CABO VERDE

CRESCIMENTO ECONÓMICO E ESTABILIDADE




Foco na Diversificação Económica
Redução da dependência, estabilidade e resiliência.


INFRAESTRUTURAS E CONECTIVIDADE NACIONAL



Aeroporto Internacional de Santo Antão



Expansão dos portos
(Porto Novo, Porto Grande)
Modernização de Cares e Conectividade:
Consolidação no Maio e Palmeira (Sal)



Economia do Mar:
Meta de **5%** do PIB
Gestão sustentável dos recursos oceanicos, desenvolvimento da economia azul.



Turismo: Meta de 1,5 Milhoes de Turistas
Aumentar a competitividade e a diversificação da oferta turística entre as ilhas.




Agricultura: +10% de Produção Anual Nacional
Com investimentos em irrigação, tecnologia e resiliência climática.

FUTURO DIGITAL E SUSTENTÁVEL



Liderança na Economia Digital:
Meta de 60% serviços online, 90% processos informatizados



Transição para 35% de Energias Renováveis
Redução de combustíveis fósseis via parques solares e sistemas de bombagem.



Ampliar a digitalização dos serviços públicos
O apoio a startups e empresas tecnológicas

6.7. Fiscalidade amiga das empresas e das famílias

Um sistema fiscal mais simples e favorável ao investimento, ao emprego e ao bem-estar das famílias.

ORÇAMENTO CIDADÃO 2026

FISCALIDADE AMIGA: UM NOVO RUMO PARA EMPRESAS E FAMÍLIAS

ALÍVIO FISCAL E CONSUMO ESSENCIAL

Redução do IRPC e IVA na Energia

O imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas desce de

21% para 20%,

enquanto a taxa de IVA na água e eletricidade é fixada em **8%**.



ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO E START-UPS

Imposto Reduzido para Start-ups

Aplicação de uma taxa de IRPC de

5% para start-ups

e 5% nos primeiros 5 anos Start-ups Jovens, sendo reduzida

2,5% para TIC e I&D.

Bonificação de juros para kits de empreendedorismo

Criação de infraestruturas públicas de incubação de negócios.



Digitalização e Modernização Empresas

Atribuição de uma

**majoração fiscal
de 130%**

sobre os gastos em software de gestão e sistemas de faturação eletrónica.



APOIO AO EMPREGO JOVEM E ESTÁGIOS

Incentivos ao 1º Emprego

Garantia de isenção de Segurança Social no primeiro emprego para facilitar a contratação de novos talentos.



Comparticipação e Dedução em Estágios

Atribuição de uma participação de

15.000 CVE/mês

em estágios profissionais, dedução fiscal de 20.000 CVE por estagiário contratado (Jovens até 35 anos)



SUSTENTABILIDADE E CAPITALIZAÇÃO

Mobilidade Elétrica e Microprodução

**Isenção total
de IVA e ICE**

na importação de veículos elétricos e bonificação de 50% nos juros para projetos de microprodução de energia.



Incentivo à Capitalização das Empresas

Possibilidade de dedução

até 2%

da coleta do imposto para entradas de capital realizadas pelos sócios ou acionistas.





7. PARA ONDE É DIRECIONADO O DINHEIRO PÚBLICO

As despesas do Estado estão organizadas em 10 (**dez**) **funções principais**, correspondentes aos grandes setores de intervenção pública onde o Governo aplica os recursos, totalizando **95.675 milhões de CVE**, conforme apresentado a seguir:

7.1. Serviços Públicos Gerais

Para 2026, estão previstos 26,6 milhões de CVE, que representam 27,8% do total do Orçamento de Estado 2026.

Incluem as despesas com a Presidência da República, Governo, Assembleia Nacional, Ministério das Finanças, diplomacia e pagamento da dívida pública.

7.2. Defesa

Esta função representa 2,2% do total do orçamento, equivalente a 2,1 milhões de CVE.

O Montante serve para cobrir os gastos com as Forças Armadas e à Guarda Costeira, bem como à proteção civil em casos de desastres e catástrofes naturais e tecnológicas entre outras situações.

7.3. Segurança e Ordem Pública

Para esta função está destinada 8,8 milhões de CVE, equivalente a 9,2% do orçamento de Estado para 2026.

Nesta função estão incluídos os gastos com Polícia Nacional, Polícia Judiciária, tribunais e segurança nas cadeias/prisões.

Prioridades: segurança pública, controlo de fronteiras, reforço da justiça, apoio às vítimas de crimes, e melhorias nas cadeias e no sistema prisional, assistência judiciária para o acesso à justiça aos cidadãos mais carenciados.

7.4. Assuntos Económicos

Esta função terá um gasto de 12,3 milhões de escudos, representa 12,9% do orçamento.

Envolve o apoio à economia, transportes, energia, agricultura, turismo e emprego, subsídios às empresas públicas e privadas, melhoria do ambiente de negócios, reforço do setor da agricultura, pescas.

Prioridades: Transição energética, conectividade aérea inter-ilhas, desenvolvimento dos transportes marítimos, economia azul, turismo sustentável, formação profissional e inovação.

7.5. Saúde

Uma das maiores áreas do orçamento: 12 milhões de CVE, que corresponde a 12,5% do total do orçamento do Estado.

As prioridades são:

- Reforço de recursos humanos nos hospitais e centros de saúde;
- Construção do centro ambulatório do hospital Batista de Sousa, e reabilitação de infraestruturas hospitalares;
- Construção do centro de saúde de Achadinha; reabilitação de centro da Trindade;
- Reestruturação de rede de Telemedicina e equipamentos médicos;
- Programas de prevenção e combate a doenças, como tabagismo, álcool;
- Aquisição de Medicamentos.

7.6. Serviços Culturais e Recreativos

Orçamento de 1,4 milhões de CVE, equivalente a 1,4% do orçamento do Estado.

Apoia projetos de valorização do património cultural, juventude, desporto e criação artística, como o Banco da Cultura, Bienal de Jovens Criadores e reabilitação de museus. Apoiam ainda a reabilitação e valorização da Aldeia dos Rebelados, entre outros.

7.7. Educação

Representa 13,6 milhões de CVE, equivalente a 14,2% do Orçamento de Estado para 2026.

É uma das áreas prioritárias, abrangendo desde o ensino pré-escolar ao universitário.

Destaques:

- **Reforço das escolas básicas e secundárias em todas as ilhas;**
- **Bolsas de estudo, transportes e cantinas escolares;**
- **Residências estudantis e apoio ao ensino superior.**

7.8. Proteção Social

Com **13,5** milhões de CVE, que representa 14,1% do orçamento de Estado, esta função apoia idosos, famílias vulneráveis e vítimas de exclusão social.

Principais Prioridades: inclui pensões sociais para idosos e pessoas portadoras de deficiência, rendimento social de inclusão, apoio a vítimas de violência baseada no género e programas de empoderamento das famílias.

7.9. Habitação e Desenvolvimento Urbano

Com o Orçamento de **2,7** milhões de CVE, que representa 2,9% do orçamento do Estado.

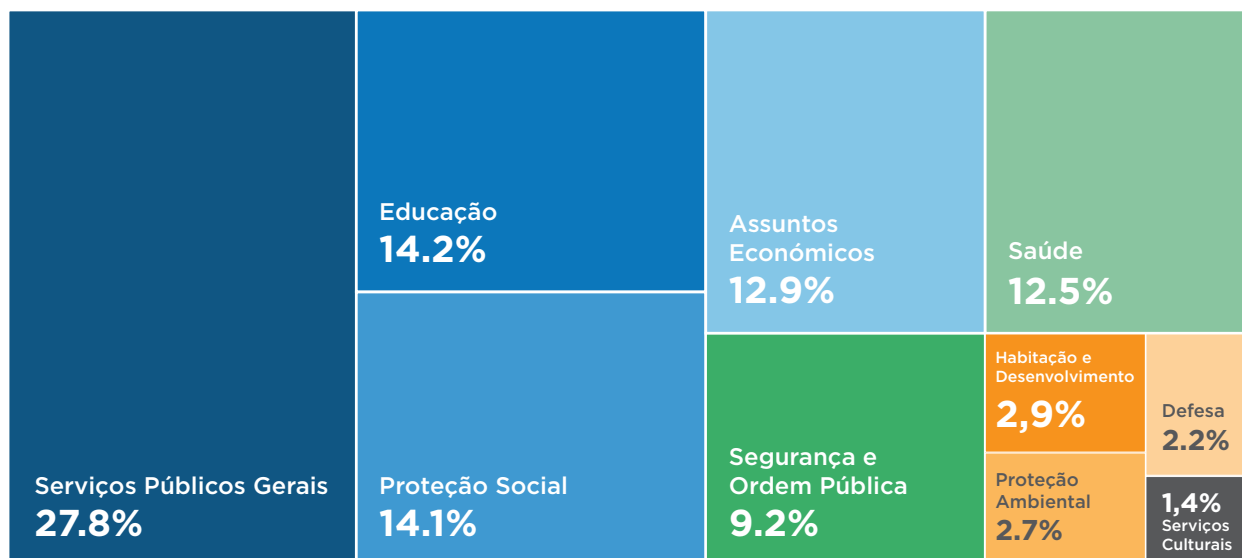
Prioridades: Desenvolvimento de habitação social, Ordenamento e desenvolvimento territorial, infraestruturas urbanas, abastecimento de água e requalificação de bairros e melhoria e asfaltagem da estrada Calheta/Tarrafal.

7.10. Proteção Ambiental

Com **2,6** milhões de CVE equivalente a 2,7% do orçamento Estado, o setor ambiental tem um papel central na gestão da água, saneamento, resíduos e energia limpa.

Prioridades: reforço do abastecimento de água e saneamento, energia fotovoltaica, gestão de resíduos sólidos e conservação ambiental.

Figura 6. Distribuição do Orçamento do Estado 2026





8. COMO OS RECURSOS PÚBLICOS SERÃO UTILIZADOS EM 2026?

Estado prevê gastar **95.675 M de CVE**. Corresponde cerca de 29% da riqueza produzida no país, distribuídos por 8 grandes agregados de gastos:

Figura 7. Como o Estado gasta o dinheiro em 2026 (Classificação económica da despesa pública)



Pessoas e serviços



Proteção social



Mais infraestruturas

A classificação económica é uma forma de organizar a despesa pública consoante o tipo de gasto, despesas com pessoal, compra de bens e serviços, investimentos ou transferências.

1. Despesas com Pessoal

O Gasto com o pessoal está fixada em 32.962 milhões de escudos. Este valor serve para pagar salários, dos técnicos de administração pública, dos professores, médicos, enfermeiros, magistrados, apoio operacional e contratar novos funcionários para Administração Pública.

2. Aquisições de Bens e Serviços

O Governo prevê gastar 17.515 milhões de escudos na compra de bens e serviços, como medicamentos, combustível, energia, material escolar, pagamento de rendas, contratos e serviços essenciais.

3. Juros e Outros Encargos

O Governo prevê gastar 6.964 milhões de escudos com o pagamento dos juros e outros custos da dívida pública. Esta dívida resulta dos empréstimos feitos para construir infraestruturas importantes, como estradas, portos, aeroportos, escolas e hospitais.

4. Subsídios

O Governo vai gastar 1.922 milhões de escudos em subsídios para apoiar às famílias pobres no pagamento das despesas com a água e energia, garantir alimentos suficientes e seguros para todos, apoiar as empresas, ajudando os serviços a funcionar e a economia a crescer

5. Transferências Correntes

O orçamento para as transferências prevê 9.824 milhões de escudos. Este valor será usado para apoiar os municípios através do **Fundo de Financiamento Municipal no montante de 5.387 milhões de escudos**, ajudando-os a melhorar serviços e projetos locais, apoiar as organizações governamentais e não governamentais e organizar as eleições legislativas.

6. Benefícios Sociais

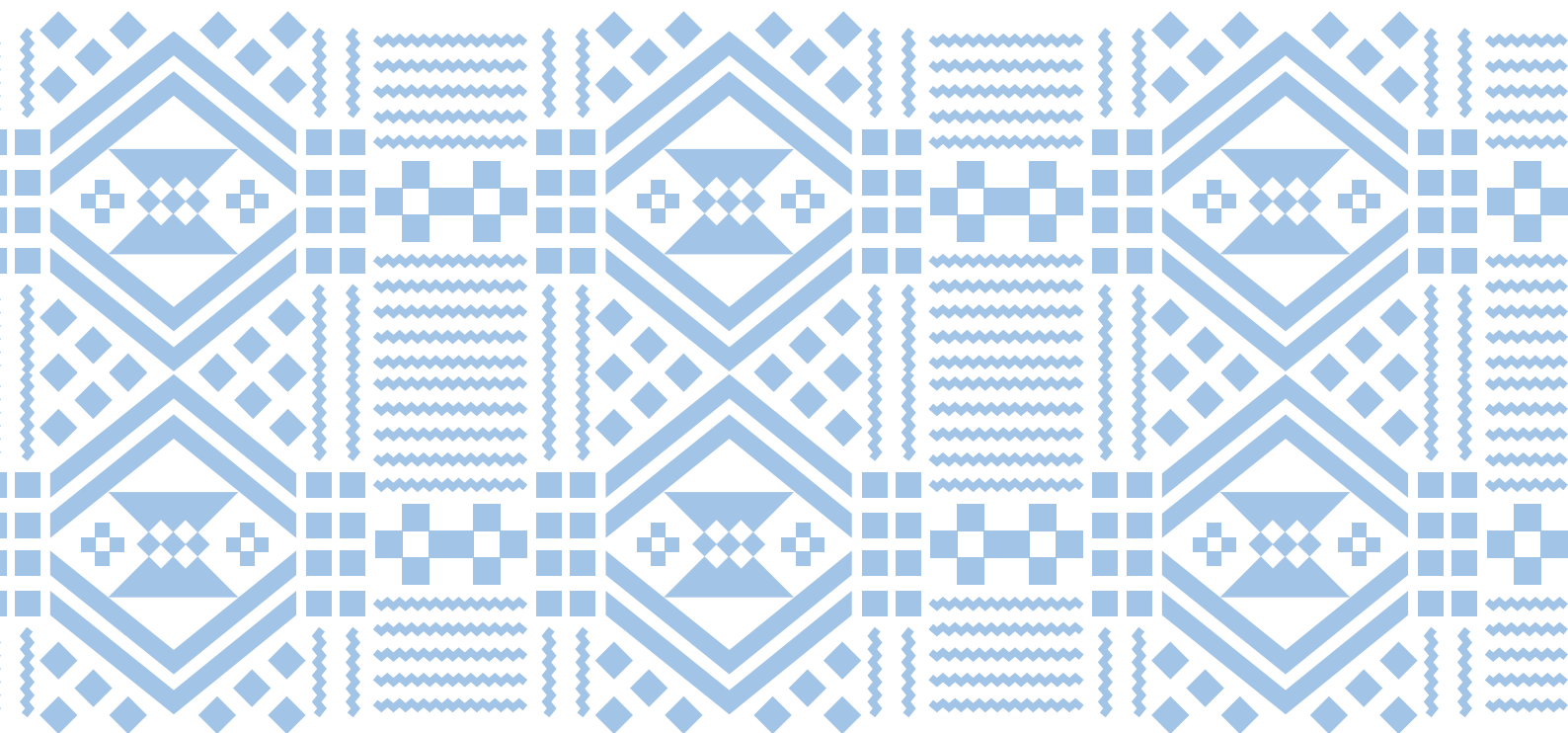
O Governo prevê investir 11.855 milhões de escudos em benefícios sociais. O valor serve para pagar pensões, reformas e pensão de reserva e apoiar evacuação dos doentes, garantindo cuidados de saúde quando necessário.

7. Ativos não Financeiros

Governo prevê 10.201 milhões de escudos para investimentos importantes no país. Este dinheiro será usado para contruir e reabilitar estradas, construir e expandir portos, construir e reabilitar escolas, construir e reabilitar centros de saúde, aumentar a produção de energia renovável para garantir melhores serviços à população.

8. Outras Despesas

O Governo prevê gastar **4.430 milhões de escudos** em “outros gastos correntes”. Este valor será usado para pagar bolsas de estudo, transportes escolares, transferências aos partidos políticos, o fundo de promoção do emprego e formação, além de outras despesas necessárias ao funcionamento normal do Estado.

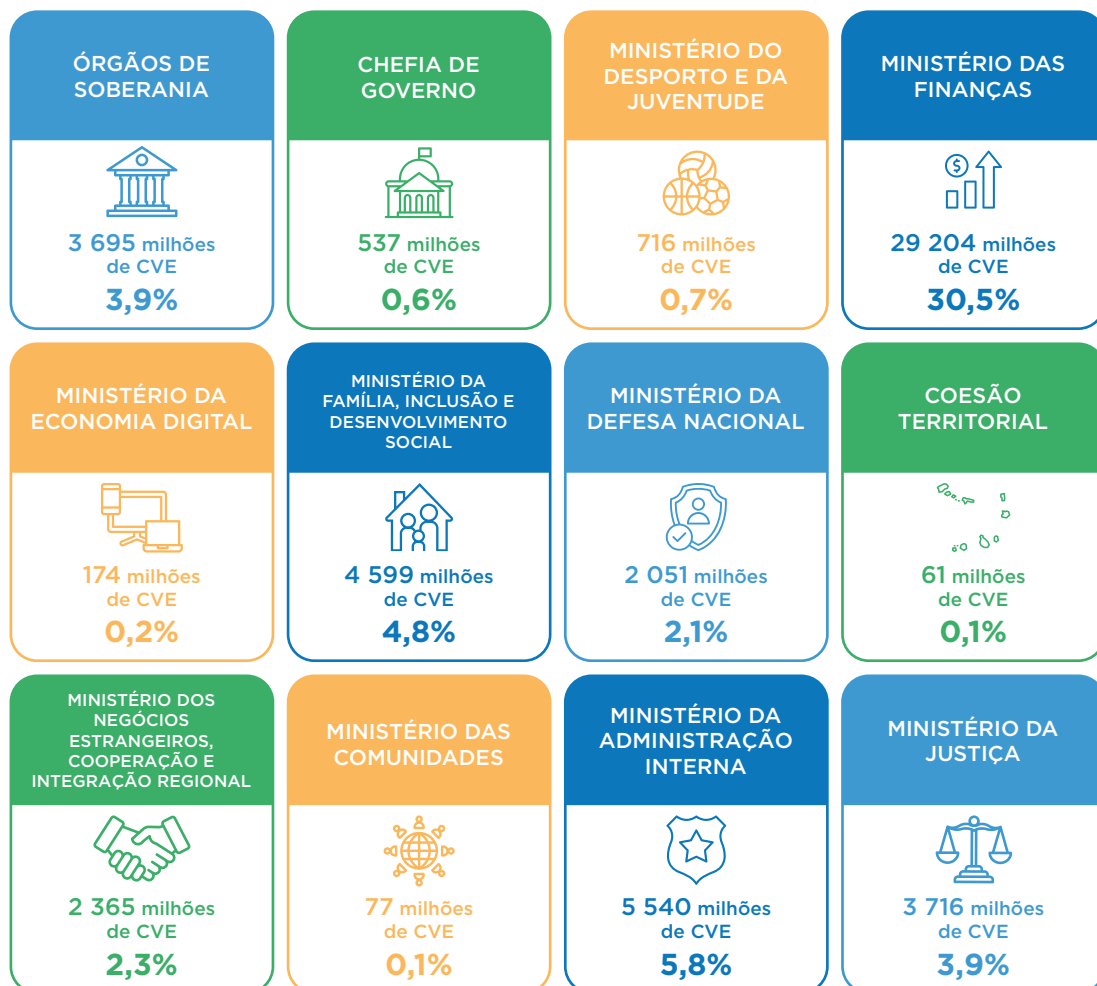


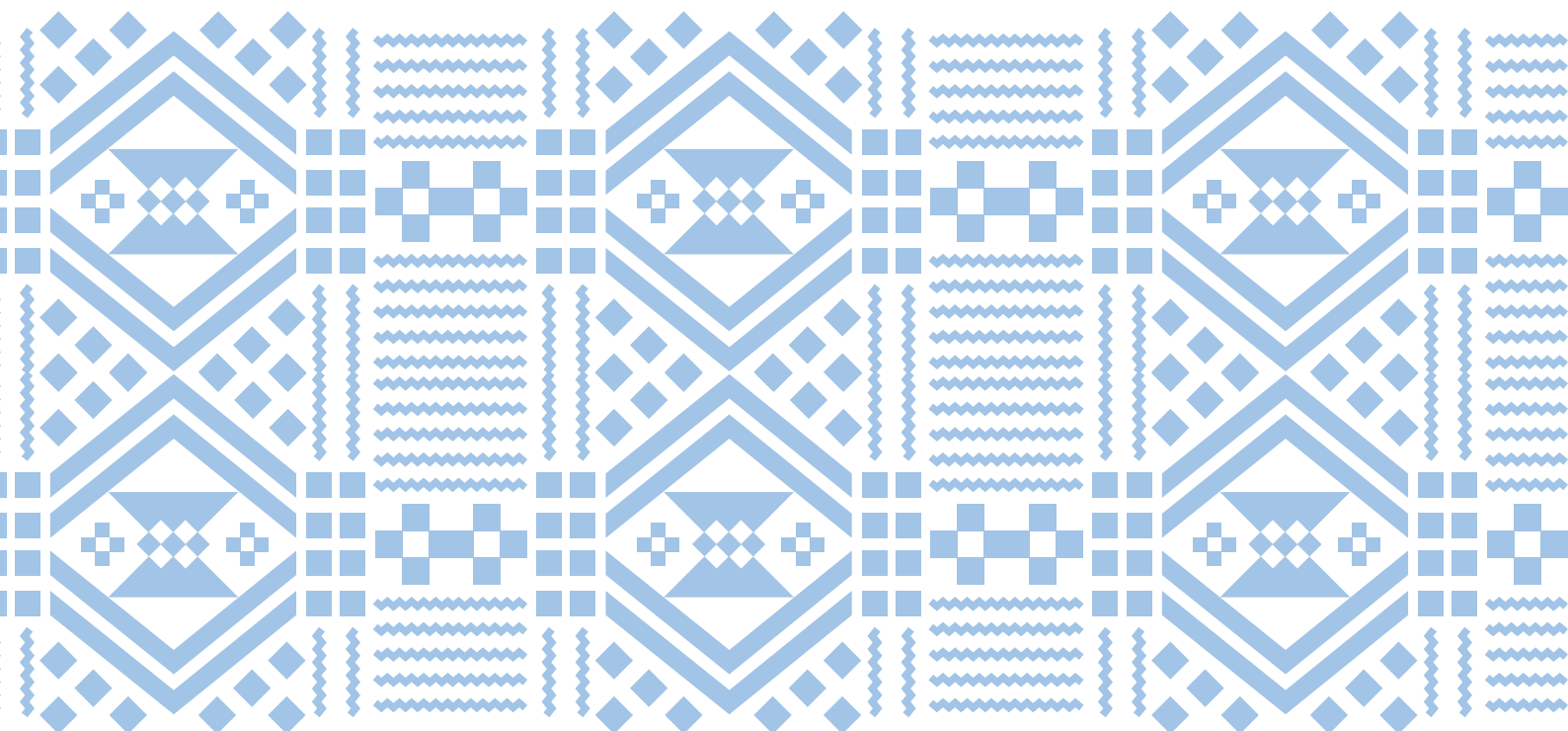
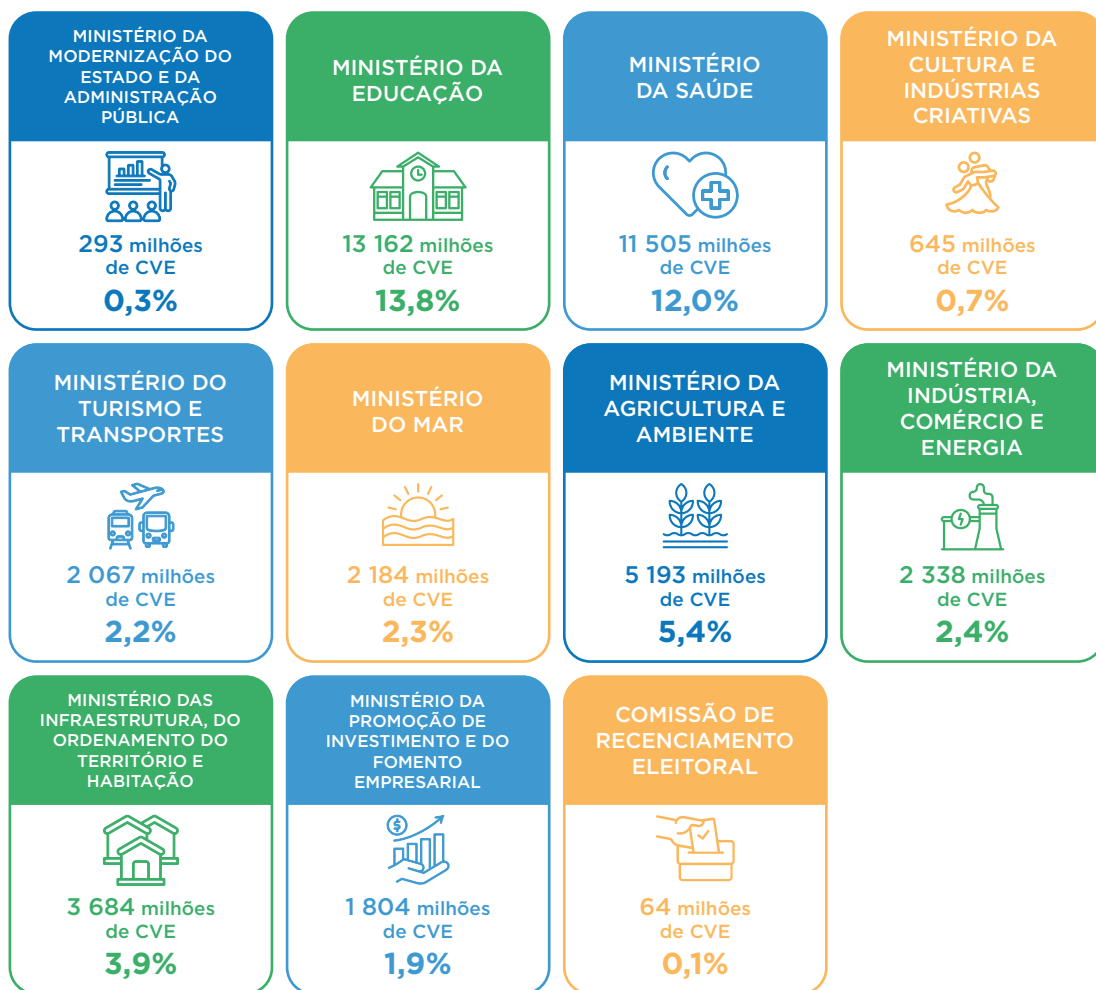


9. QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA?

Todo o dinheiro que o Governo prevê arrecadar em 2026, será usado para realizar ações que visam melhorar direta ou indiretamente as condições de vida das pessoas. Para garantir a concretização destas ações, cada órgão do Estado recebe uma parte deste dinheiro para executar atividades da sua responsabilidade.

Figura 8. Quais são esses órgãos e qual é o valor disponibilizado a cada um deles?







10. DÍVIDA PÚBLICA

ORÇAMENTO CIDADÃO 2026

O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA?

É o montante total que o Estado deve a credores (bancos, empresas ou outros países) para financiar serviços como saúde, educação e infraestruturas quando as receitas de impostos não são suficientes.

317.480,7 milhões de CVE

Estoque total da dívida pública nominal previsto para o ano de 2026.



97,4% do PIB

Peso da dívida em relação à riqueza produzida pelo país.

ORIGEM DO FINANCIAMENTO: DE ONDE VEM O DINHEIRO?

Financiamento Externo vs. Interno

Cabo Verde recorre a mercados e instituições internacionais, bem como ao mercado doméstico para obter crédito.

65,9%

Dívida Externa

A maior parte da dívida é contraída junto a credores estrangeiros e organizações internacionais



34,1%

Dívida Interna

Parte menor, mas importante, é financiada por instituições e investidores dentro de Cabo Verde.

ONDE O DINHEIRO É INVESTIDO?

Educação e Saúde

Financiamento para escolas, hospitais, contratação de profissionais e melhoria da prestação de serviços públicos.



Infraestruturas e Modernização

Construção e manutenção de estradas, portos e a transição digital/modernização económica do país.



Água e Energia

Investimentos fundamentais para a segurança hídrica e a transição para energias renováveis e sustentáveis.



EVOLUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

140%

2022

97,4%

Projeção Atual

Trajectoria de Redução

A dívida tem vindo a baixar de forma consistente: de 140% do PIB em 2022 para a projeção atual de 97,4%.

Défice de apenas

0,9%

O diferencial entre o que o Estado arrecada e o que gasta será um dos mais baixos, reforçando a saúde das contas públicas em 2026.



O QUE ISTO SIGNIFICA PARA SI?

Maior Estabilidade Económica

contas públicas equilibradas ajudam a evitar que a dívida e os preços subam demasiado. Assim, o dinheiro mantém o seu valor e o poder de compra dos salários é protegido.



Menor Risco e Melhores Condições

quando a dívida do país é bem controlada, o Estado consegue obter empréstimos com melhores condições (juros mais baixos). Isso permite poupar dinheiro e investir mais em áreas importantes, como educação, saúde e apoio às famílias, ajudando a reduzir a pobreza e as desigualdades.

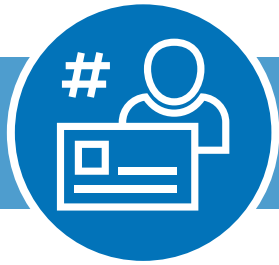




11. GLOSSÁRIO

Administração Pública	Conjunto de instituições e serviços do Governo que trabalham todos os dias para implementar políticas públicas e prestar serviços como saúde, educação, segurança e assistência social.
Ciclo Orçamental	É um processo anual que envolve a elaboração, aprovação, execução e prestação de contas do Orçamento do Estado. O Ciclo Orçamental em Cabo Verde está regulado pela Lei das Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho), que define os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação
Classificação Económica	É um quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva económica, da execução orçamental das receitas e despesas públicas na ótica da contabilidade pública. O classificador orçamental das receitas e das despesas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37/2011, de 30 de dezembro.
Classificação Funcional	É um quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva funcional, da execução orçamental das receitas e despesas públicas, com o objetivo principal de fornecer uma visão global da atividade funcional do Estado, permitindo a análise da alocação dos recursos públicos às diversas macrofunções.
Classificação Orgânica	Serve para identificar os serviços e organismos e estrutura-se por códigos que correspondem aos Ministérios, Secretarias de Estado, capítulos, divisões e subdivisões orçamentais.
Classificação Programática	É um sistema de classificação das despesas públicas que organiza as despesas por objetivos e resultados. O seu objetivo é melhorar a transparência, a eficiência e a eficácia da gestão das finanças públicas. Igualmente, permite uma melhor compreensão das prioridades do Governo e da forma como as despesas públicas estão a ser utilizadas para atingir esses objetivos, facilitando o acompanhamento da execução orçamental e a avaliação do desempenho das políticas públicas.
Dívida Pública	De acordo com alínea c) do artigo 3.º da Lei que estabelece as Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho), são as obrigações financeiras do Estado junto de terceiros, assumidas em virtude de tratados, leis, contratos ou da realização de operações de crédito.

Despesa Pública	Consiste na utilização de recursos por entidades públicas na aquisição de bens ou serviços para atender às necessidades públicas, tais como a educação, a saúde, a segurança, as infraestruturas, etc.
Finanças Públicas	Conjunto de atividades e instrumentos utilizados pelo Estado para arrecadar, gerir e aplicar recursos financeiros para atender às necessidades públicas e promover o bem-estar da população.
Orçamento do Estado	É um documento de previsão de receitas e despesas para um determinado ano económico. A Proposta do Orçamento do Estado de Cabo Verde contém articulado da proposta de lei, anexos informativos, mapas orçamentais e fichas dos programas.
Receita	Representa os recursos resultantes da gestão orçamental. São diversas as formas de receita: multas, coimas, tributos, confisco sem indemnização, expropriação, nacionalização, taxas compensatórias, juros de mora.



12. CONTACTO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE CABO VERDE

DIREÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Contactem-nos:

(+238) 2607444

Envie-nos uma mensagem:

dnocp@mf.gov.cv

Visitem-nos:

<https://www.mf.gov.cv/web/mf/dnocp->

Av. Amílcar Cabral - Cidade da Praia

Ilha de Santiago - Cabo Verde

